

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 11/04/2018

- [Vara da Infância e Juventude de Olinda promove divulgação do Programa Acolher](#)
- [Sala para depoimento especial de crianças já é utilizada em BH](#)
- [Funase abrirá seleção para quase 500 vagas de agentes socioeducativos](#)
- [Nota do Fórum Nacional da Justiça Protetiva de repúdio ao PL 369/2016](#)
- [Parceria promoverá empoderamento de adolescentes em dez unidades da Funase](#)

Assunto: Vara da Infância e Juventude de Olinda promove divulgação do Programa Acolher

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 11/04/2018



A Vara da Infância e Juventude da Comarca de Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR), promove, nesta quarta-feira (11/4), com início às 14h, um encontro com entidades envolvidas nos processos de adoção, na oportunidade, será feita uma apresentação do Programa Acolher, da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

O objetivo é formar multiplicadores na divulgação e conscientização das mulheres que manifestem o desejo de entregar a criança para adoção. Na oportunidade será distribuído material de divulgação, como folders, cartazes e cartilhas.

O evento vai divulgar o programa a cerca de 70 integrantes do Conselho Tutelar, do Ministério Público, das secretarias municipais, da Maternidade do Hospital Tricentenário e de Organizações Não Governamentais (ONGs). Também participam representantes de faculdades privadas do município, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda.

O Programa Acolher, da Coordenaria da Infância e Juventude (CIJ TJPE), consiste na implantação e uniformização da execução de serviços jurisdicionais e faz atendimento e assistência de mulheres que expressem o desejo de entregar o filho à adoção. As ações buscam garantir a convivência familiar de crianças, evitando que mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial incorram na prática do abandono, infanticídio ou entrega e adoção ilegal de crianças.

Assunto: Sala para depoimento especial de crianças já é utilizada em BH

Fonte: CNJ

Data: 11/04/2018



Audiências com salas reservadas acontecem na Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e Adolescentes, na avenida Olegário Maciel, 515, em BH

Foram retomados no dia 9 de abril, em Belo Horizonte, os depoimentos especiais que permitem que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam ouvidos em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam sua privacidade.

As audiências com salas reservadas acontecem na Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e Adolescentes, na avenida Olegário Maciel, 515, na capital. Centro cumpre determinação legal de permitir a oitiva humanizada de crianças e adolescentes.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) cumpre a Recomendação 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que assegura aos jovens o direito de serem ouvidos em condições adequadas e menos invasivas. Os depoimentos serão intermediados por profissionais especializados e transmitidos em tempo real para a sala de audiências.

A oitiva tramita em segredo de justiça. Segundo a juíza da vara especializada, Juliana Beretta Kirche Ferreira Pinto, “as vítimas são ouvidas de maneira humanizada e acolhedora, sem a exposição que pode ocorrer, por exemplo, em uma sala de audiência comum diante do agressor”.

A magistrada revela que devem ser realizadas de duas a três audiências de instrução com depoimentos especiais por dia. São mais de 2 mil processos em tramitação na vara especializada, sendo 80% deles relacionados a crimes de violência sexual. Tramitam também na secretaria processos em que houve violência física, psicológica e institucional contra jovens ou presenciada por eles.

A juíza Juliana Beretta Pinto ouve depoimento de médica em audiência. Segundo levantamento do CNJ, esses espaços adaptados para as entrevistas já foram instalados por 23 tribunais de justiça pelo país. O presidente em exercício do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, já manifestou que essa ação demonstra o engajamento do Judiciário na defesa dos direitos de todos, e, nesse caso em especial, dos jovens cidadãos que sofrem abusos e agressões.

Ele lembrou que a Resolução 729/2013 já previa a instalação de uma vara especializada em Belo Horizonte, mas não havia recursos para concretizar a ação. Local procura desfazer o

ambiente forense, criando um espaço menos carregado e mais lúdico“Assegurar que crianças e adolescentes já fragilizados não sejam expostos a excessiva angústia e ao sofrimento de recontar – e, portanto, reviver – experiências traumáticas é uma prova de que o legislador resguarda a infância e a juventude. Em Minas, onde o projeto já existia desde 2010, por iniciativa do juiz Flávio Schmidt, da Comarca de Muzambinho, que adotava a metodologia do depoimento especial, estamos dispostos a favorecer cada vez mais medidas como essa”, declarou o desembargador.

Assunto: Funase abrirá seleção para quase 500 vagas de agentes socioeducativos

Fonte: Portal NE10

Data: 11/04/2018



Para minimizar um déficit histórico, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) anunciou que abrirá uma seleção pública simplificada para preencher 496 vagas de agentes socioeducativos, que ficarão lotados em unidades da Região Metropolitana do Recife. Na edição dessa terça-feira (10) do Diário Oficial, a instituição publicou o Aviso de Chamamento Público, que tem como objetivo contratar a empresa que ficará responsável pelo processo seletivo.

“Tínhamos autorização para 296 vagas, mas houve um esforço integrado da Funase e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e conseguimos ampliar esse quantitativo”, afirmou a diretora geral de Gestão do Trabalho e Educação da Funase, Nadja Oliveira, durante o Encontro de Gestores da instituição, no auditório do Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos do Estado de Pernambuco (Cefospe).

O cronograma da seleção só deve ser divulgado após a escolha da banca responsável pelo processo.

Assunto: Nota do Fórum Nacional da Justiça Protetiva de repúdio ao PL 369/2016

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 11/04/2018



O Forum Nacional da Justiça Protetiva - FONAJUP, que congrega magistrados com competência em Infância e Juventude de todo o Brasil, vem a público apresentar Nota de Repúdio ao PL 369/2016, que pretende incluir no Estatuto da Criança e do Adolescente normas para permitir a adoção “intuito personae”.

Há muitos anos é realizado diuturnamente nas Varas da Infância e Juventude árduo trabalho para fortalecer o Cadastro Nacional de Adoção, bem como para que seja devidamente respeitado, evitando a malfadada “burla ao cadastro”.

O PL estimula o desrespeito ao CNA, o que se deduz da rotina das Varas da Infância e Juventude. Em que pese o regramento legal hoje vigente, casos há em que as pessoas têm acesso direto à criança, sem interferência do Poder Judiciário, deixando para trás todos os habilitados à adoção que aguardam na fila do CNA.

Infelizmente, não são raros os casos de tentativa de venda de bebês.

O PL visa a atender a expectativa dos pretendentes à adoção de crianças de tenra idade, haja vista que há cerca de 8.500 crianças e adolescentes aptos à adoção hoje, no Brasil. Destaque-se que o Cadastro Nacional de Adoção é uma proteção não só para as crianças e adolescentes, mas também para toda a sociedade, exigindo-se a prévia habilitação para adoção com respeito à ordem cronológica do ingresso no Cadastro.

JUIZ SÉRGIO LUIZ RIBEIRO DE SOUZA

Presidente do FONAJUP

Assunto: Parceria promoverá empoderamento de adolescentes em dez unidades da Funase

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 11/04/2018



Realizado por meio do Gajop, projeto terá oficinas de comunicação e abordará acesso à Justiça e consciência de direitos.

Dez unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) serão contempladas, a partir deste ano, pelo projeto "Comunicação, Justiça e Direitos Humanos: Adolescentes Protagonizando Mudanças". Desenvolvida pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) a partir de um financiamento da organização alemã Misereor, a ação tem como um de seus objetivos promover a formação política dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e dos egressos, buscando envolvê-los na garantia dos Direitos Humanos para a Infância e a Juventude.

A novidade foi apresentada durante o Encontro de Gestores da Funase, realizado no auditório do Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos do Estado de Pernambuco (Cefospe). Na ocasião, foi anunciado que o projeto será efetivado nos Centros de Atendimento Socioeducativo (Case) em até três anos, com término em 2020. A ação começará pelos Case Santa Luzia (Recife), Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. Em seguida, chegará às unidades de Timbaúba, Vitória de Santo Antão e Caruaru. No último ano, Petrolina, Arcoverde e Garanhuns serão contempladas. O futuro Case Cabo II também será atendido, ainda no primeiro ano, segundo o Gajop.

Além da busca por levar aos adolescentes a conscientização política e o conhecimento de direitos como ferramentas para promover mudanças, o projeto também terá como intuito incidir sobre o acesso dos socioeducandos à Justiça, em articulação com o Sistema de Justiça Juvenil, para identificação e atuação em casos emblemáticos. Por fim, serão promovidas oficinas de comunicação voltadas ao empoderamento do público-alvo. As atividades abrangerão a produção de vídeos, fotografia e grafite. No fim de cada ciclo de aprendizado, serão realizadas exposições com os trabalhos produzidos.

A presidente da Funase, Nadja Alencar, destacou a iniciativa como positiva e convergente com os anseios da instituição e do Governo do Estado. "Essa parceria é histórica e muito importante para nós. É um novo projeto com o Gajop. O outro que já temos [nos Case Caruaru e Santa Luzia] é um sucesso. Por isso, a gente acredita que os resultados dessa nova proposta, que é para três anos, serão também muito positivos", declarou.

Representante do Gajop e coordenadora do projeto, Rochelle Borges ressaltou que, no fim da iniciativa, um grande balanço será realizado para avaliar os resultados e viabilizar que boas práticas que surgirem nesse período sejam continuadas dentro das unidades. "Vejo o projeto como algo muito importante, tanto para nós, enquanto sociedade civil e entidade que defende

os direitos humanos, como para a Funase, enquanto política pública voltada ao atendimento desses jovens", disse.

ENCONTRO

No Encontro de Gestores, ainda foram apresentados temas como a seleção simplificada para contratação de 496 agentes socioeducativos, novidades na segurança das unidades, procedimentos da Ouvidoria, monitoramento dos contratos de serviço de refeição e envio de Relatórios Circunstanciados de Ocorrência à Corregedoria. A reunião, que contou com diretores e coordenadores de unidades da instituição em todo o Estado, deve se repetir outras quatro vezes ao longo deste ano. "Esse é um momento único de conversa, troca e nivelamento que faz parte da forma de ser da Funase, do nosso espírito", declarou Nadja Alencar.